

## ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS COMO REFLEXO DO ACESSO FACILITADO AO CRÉDITO EM UM CENÁRIO DE CARÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

### INDEBTEDNESS OF BRAZILIAN FAMILIES AS A REFLECTION OF EASY ACCESS TO CREDIT IN A CONTEXT OF LIMITED FINANCIAL LITERACY

Timna Moabe Cerqueira dos Santos<sup>1</sup>

Rafael Bertoldo dos Santos<sup>2</sup>

Solange Rodrigues dos Santos Corrêa<sup>3</sup>

Gustavo da Cruz<sup>4</sup>

**RESUMO:** O endividamento e a inadimplência têm se mostrado temas de grande relevância no Brasil, sobretudo em relação ao crédito. O acesso facilitado ao crédito, aliado à baixa preparação financeira, aumenta o risco de endividamento entre famílias de baixa renda e perpetua a desigualdade social. Este estudo investiga a relação crédito-endividamento sob a perspectiva da desinformação financeira da sociedade brasileira, com o objetivo de identificar a situação atual e apontar contrapartidas. Realizou-se pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, com análise qualitativa dos dados, considerando históricos brasileiros de crédito, endividamento e alfabetização financeira. Os resultados indicam que não houve, historicamente, atenção à capacitação dos consumidores para decisões financeiras conscientes. Além disso, observa-se uma atuação exploratória das instituições financeiras sobre a população de menor renda, com altas taxas de juros e maior propensão à acumulação rápida de dívidas. O estudo evidencia que a alfabetização financeira tem potencial para frear o crescimento do endividamento e seus efeitos negativos, promovendo inclusão financeira mais plena. Assim, a pesquisa contribui para a compreensão das causas históricas do endividamento e aponta caminhos para soluções mais justas e eficazes, alinhadas à segurança e às necessidades das famílias brasileiras.

2283

**Palavras-chave:** Endividamento. Inadimplência. Desigualdade. Taxa de juros. inclusão financeira.

<sup>1</sup>Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

<sup>2</sup>Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação. Gerente da Incubadora Universitária Broto da UESC.

<sup>3</sup>Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da UESC.

<sup>4</sup>Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis e do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), na UESC.

**ABSTRACT:** Household indebtedness and delinquency have emerged as highly relevant issues in Brazil, particularly concerning credit. The ease of access to credit, coupled with low financial literacy, increases the risk of indebtedness among low-income families and perpetuates social inequality. This study investigates the credit-indebtedness relationship from the perspective of financial misinformation in Brazilian society, aiming to identify the current situation and propose potential countermeasures. An exploratory, bibliographic, and documentary research design was employed, with qualitative data analysis considering historical records of credit, indebtedness, and financial literacy in Brazil. The results indicate that, historically, there has been insufficient focus on equipping consumers for informed financial decision-making. Moreover, financial institutions have often acted exploitatively towards lower-income populations, charging high interest rates and fostering rapid debt accumulation. The study demonstrates that financial literacy has the potential to curb the growth of indebtedness and its negative effects, promoting fuller financial inclusion. Therefore, the research contributes to understanding the historical causes of indebtedness and highlights pathways for more equitable and effective solutions, aligned with the security and needs of Brazilian households.

**Keywords:** Indebtedness. Delinquency. Inequality. Interest rates. Financial inclusion.

## I. INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo do endividamento e inadimplência do consumidor brasileiro tem crescido significativamente nos últimos anos, sobretudo por parte de órgãos e instituições que lidam com assuntos relacionados a crédito. Esse fenômeno decorre de uma interação complexa entre fatores socioeconômicos, comportamentais e culturais, os quais influenciam diretamente a capacidade das famílias de administrar suas finanças. Muitos dos fatores que levam ao endividamento familiar e, conseqüentemente, à inadimplência, refletem a relação das pessoas com suas limitações em planejamento e educação financeira, bem como os apelos de concessão de crédito provenientes de instituições financeiras.

Em relação às limitações associadas ao planejamento financeiro, Fernandes e Candido (2014) destacam que muitas famílias brasileiras carecem de uma base teórica consistente sobre como administrar suas finanças ao longo do tempo. Essa lacuna se evidencia especialmente nas decisões críticas da vida adulta no âmbito familiar, tais como a compra de imóveis, veículos e a realização de viagens, que exigem conhecimento financeiro básico, particularmente em relação às opções de crédito. Os autores ainda observam que a temática do planejamento financeiro pessoal no Brasil permanece pouco desenvolvida, contribuindo para a formação de uma sociedade cada vez mais vulnerável financeiramente.

Quanto ao crédito, sua expansão expressiva entre 2005 e 2012, impulsionada pelo alongamento dos prazos e pela redução das taxas de juros, resultou em níveis elevados de endividamento das famílias brasileiras. Para Brusky e Magalhães (2007), após a estabilização

proporcionada pelo Plano Real e o controle da inflação, o crédito tornou-se um elemento central na vida econômica da maioria dos brasileiros. Apesar de as taxas de juros praticadas no país estarem entre as mais altas do mundo, uma parcela significativa da população utiliza regularmente o crédito em suas diferentes modalidades, como crediário, empréstimos ao consumidor, cartões de crédito, cheque especial e linhas de crédito automático.

Nesse contexto, o acesso facilitado ao crédito pode gerar benefícios, tais como maior qualidade de vida e acesso a bens e serviços, mas, em determinados níveis, pode levar o devedor a uma situação de incapacidade de honrar suas obrigações, configurando o endividamento (LOPES, 2012). Silva (2008) aponta que a cultura do endividamento está intimamente ligada ao consumismo e à facilidade de acesso ao crédito, ao individualismo social e ao desejo de possuir, em detrimento de uma postura voltada ao ser.

Atualmente, a dinâmica imposta por essa dicotomia entre consumo e capacidade financeira permite que os desejos individuais sejam facilmente influenciados pelo crédito, uma vez que praticamente tudo o que o consumidor deseja adquirir pode ser financiado de alguma forma. Nesse cenário, a questão central que este trabalho propõe investigar refere-se à insuficiência de conhecimento claro acerca dos motivos que levam as famílias brasileiras ao endividamento, com atenção especial aos efeitos do acesso facilitado ao crédito em uma sociedade que carece de educação financeira sólida. A pesquisa busca, portanto, responder à seguinte pergunta: “Quais são os principais fatores que influenciam o endividamento e o grau de inadimplência das famílias brasileiras?”

2285

De acordo com Nascimento et al. (2017), desde o início da década de 1990, o Brasil implementou políticas que ampliaram o acesso ao crédito, especialmente após a estabilização econômica promovida pelo Plano Real. Observa-se que o aumento expressivo no volume de empréstimos e financiamentos evidencia a importância da análise do crédito e dos efeitos econômicos decorrentes, tanto positivos quanto negativos, para o mercado consumidor brasileiro. Segundo o Relatório de Inflação de Junho de 2011 do Banco Central do Brasil (BACEN), a relação crédito/PIB passou de 26,3% em abril de 2005 para 46,6% em abril de 2011, indicando o crescimento significativo do mercado de crédito em relação à produção anual de bens e serviços.

A partir de 2007, o volume de crédito disponível para pessoas físicas aumentou consideravelmente, resultando em elevados retornos para as instituições financeiras, devido à diferença entre os juros pagos pelos tomadores de empréstimos e financiamentos em comparação aos empréstimos concedidos a pessoas jurídicas (NASCIMENTO et al., 2017).

Nesse contexto, o crédito consolidou-se como uma ferramenta importante para a realização de transações comerciais, tanto para empresas quanto para pessoas físicas, sendo o cartão de crédito o principal instrumento utilizado por estas últimas (Bertaut e Haliassos, 2005, apud KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015). Kim e DeVaney (2001, apud KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015) reforçam que a popularização do cartão de crédito decorre de sua multifuncionalidade, atuando simultaneamente como meio de pagamento e recurso de crédito. Mendes-da-Silva, Nakamura e de Moraes (2012, apud KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015) ressaltam que o acesso ao crédito exerce forte influência sobre o estilo de vida e o poder de compra dos indivíduos. Entretanto, o uso inadequado do crédito pode levar à acumulação de dívidas, especialmente quando se considera a facilidade de obtenção de recursos sem pagamento imediato (Wang; Wei Lu; Malhotra, 2011, apud KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015).

Além da dinâmica do crédito, a limitada alfabetização financeira das famílias contribui para o endividamento. Fernandes e Candido (2014) apontam que a atual geração não possui competências suficientes para administrar suas finanças pessoais, evidenciando a ausência de conteúdos relacionados à educação financeira na grade curricular básica. Esse problema é ainda mais crítico com o aumento da participação de jovens na economia brasileira, pois a falta de preparo potencializa a insegurança financeira e os índices de endividamento (Da Silva; Carraro; Da Silva, 2017). O endividamento inadequado impacta negativamente a qualidade de vida e gera instabilidade financeira, refletindo em desânimo, ansiedade e prejuízos nas relações sociais e profissionais (KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015).

2286

Diante deste cenário, este estudo busca investigar a relação entre crédito, endividamento e inadimplência, considerando a falta de educação financeira como um fator determinante. A pesquisa visa contribuir para a compreensão do fenômeno e estimular a reflexão acadêmica sobre estratégias que possam mitigar os impactos do endividamento no cotidiano das famílias brasileiras.

O objetivo principal deste trabalho é analisar as possíveis causas do endividamento e do grau de inadimplência das famílias brasileiras, avaliando suas relações com o acesso facilitado ao crédito e com a carência de alfabetização financeira. A estrutura do trabalho está organizada em cinco capítulos. O Capítulo 1 apresenta a contextualização, a justificativa e os objetivos da pesquisa. O Capítulo 2 aborda a revisão teórica, com foco em endividamento, crédito e alfabetização financeira. O Capítulo 3 detalha a metodologia, destacando o caráter exploratório da pesquisa. O Capítulo 4 apresenta a análise e discussão dos dados, enquanto o Capítulo 5 conclui com recomendações e perspectivas para estudos futuros.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Endividamento e inadimplência

O endividamento e a inadimplência configuram temas centrais para a compreensão da dinâmica financeira das famílias brasileiras e do funcionamento do mercado de crédito, apresentando impactos significativos tanto no âmbito microeconômico quanto macroeconômico. O endividamento pode ser definido, segundo Contreras et al. (2006, apud Gonçalves, 2022), como a existência de uma obrigação financeira decorrente de uma transação de consumo antecipado, que se extingue apenas mediante o pagamento da dívida. Esse fenômeno manifesta-se como uma extensão do consumo, sendo frequentemente incentivado por condições facilitadas de crédito, campanhas de marketing e a própria dinâmica da “sociedade do consumo”, na qual o desejo de aquisição ultrapassa a capacidade financeira real do indivíduo (Santos e Silva, 2014).

A literatura distingue fatores macroeconômicos, alheios ao controle pessoal, e microeconômicos, ligados ao comportamento individual e familiar, como determinantes do endividamento (Mosca, 2009, apud Bortoluzzi et al., 2015). Dessa forma, o perfil do consumidor brasileiro reflete não apenas necessidades materiais, mas também aspirações psicológicas, sociais e culturais. Borges (2014, apud Cerqueira, 2018) evidencia que o significado do dinheiro está intrinsecamente relacionado às expectativas de pertencimento, prazer e status, reforçadas por mecanismos que facilitam o consumo, como o parcelamento de compras, cartões de crédito e outras modalidades de crédito facilitado (Flor e Rosa, 2014, apud Santos e Souza, 2014).

Ainda que a renda seja um fator relevante, não é determinante isolado do endividamento, o qual está profundamente vinculado à capacidade do indivíduo de gerir receitas, gastos e investimentos (Cerbasi, 2003, apud Silva, 2015). A falta de planejamento financeiro e hábitos de consumo inadequados, aliados a fatores externos como desemprego ou eventos inesperados, potencializam a vulnerabilidade das famílias. O endividamento extremo, conhecido como sobre-endividamento, ocorre quando o indivíduo torna-se incapaz de honrar suas dívidas, seja por ineficiência na gestão financeira ou por circunstâncias imprevistas, configurando-se como inadimplência (Gomes, 2011; Guimarães e Almeida, 2013, apud Cerqueira, 2018).

A inadimplência, caracterizada pelo descumprimento das obrigações financeiras previamente assumidas, apresenta efeitos significativos sobre o bem-estar do consumidor, incluindo impacto psicológico, redução da produtividade e aumento do estresse (Tófoli, 2008,

apud Granjeiro e Santos, 2016; Gonçalves, 2022). Fatores microeconômicos, como consumo excessivo, materialismo e compras impulsivas, somados à falta de educação financeira e à facilidade de crédito, colaboram para o aumento do número de inadimplentes no Brasil (Dos Santos e De Souza, 2014). Quando esgotadas as possibilidades de negociação, as informações dos consumidores inadimplentes são enviadas a órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, restringindo o acesso futuro ao crédito e reforçando a necessidade de políticas preventivas de educação e alfabetização financeira.

## 2.2 Crédito

O crédito constitui um instrumento essencial para a circulação da riqueza, permitindo que indivíduos adquiram bens e serviços antes de possuírem os recursos financeiros necessários. Sandroni (2003) define crédito como uma transação em que o comprador recebe imediatamente um bem ou serviço, comprometendo-se a efetuar o pagamento em momento futuro. O funcionamento do crédito depende de cinco elementos centrais: confiança, risco, tempo, juros e montante. A confiança garante a segurança da operação; o risco refere-se à incerteza quanto à capacidade futura de pagamento; o tempo estabelece a duração do contrato; os juros representam a remuneração do credor; e o montante indica o valor total da operação (Sandroni, 2003).

2288

A taxa de juros é um instrumento fundamental na operação do crédito, funcionando como um índice de compensação financeira pelo uso do dinheiro ao longo do tempo. No Brasil, a taxa básica Selic serve como referência para as demais modalidades de crédito, sendo diretamente influenciada pelas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) (Serasa Experian, 2022). A manutenção de altos valores da Selic eleva proporcionalmente o custo do crédito, tornando empréstimos e financiamentos mais onerosos para famílias e empresas.

O crescimento da bancarização, aliado à popularização das fintechs e dos bancos digitais, ampliou o acesso ao crédito no país, aumentando a flexibilidade e o alcance entre diferentes estratos sociais (Bastos et al., 2022). Entre as modalidades mais utilizadas destacam-se cartões de crédito (78%), empréstimos pessoais (25%), cheque especial (22%) e crediário (19%) (CNDL, 2023). O cartão de crédito, em particular, atua como principal instrumento de consumo a prazo, permitindo que o consumidor realize compras imediatas com pagamento diferido, muitas vezes parcelado, gerando aumento do endividamento quando mal utilizado (Neon, 2020; De Souza, 2013).

O crédito desempenha papel estratégico na economia, permitindo expansão do consumo, elevação do nível de atividades econômicas e estímulo à aquisição de bens e serviços (Granjeiro

e Santos, 2016). Contudo, seu uso indevido pode intensificar o endividamento e elevar a inadimplência. O crédito, em especial o fornecido via cartões, estimula comportamentos de consumo por abstrair a percepção do dinheiro gasto, facilitando gastos além da capacidade financeira real do indivíduo (Roberts e Jones, 2001, apud Diniz, Pereira e Rogers, 2014). A alfabetização financeira torna-se, portanto, fundamental para orientar o uso consciente do crédito e reduzir riscos associados ao sobre-endividamento (Marcolin e Abraham, 2006, apud Lizote e Verdinelli, 2014).

### **2.3 Alfabetização financeira**

A alfabetização financeira consiste em um constructo que vai além da educação financeira, incorporando tanto o conhecimento financeiro quanto a habilidade de aplicar esse conhecimento na gestão cotidiana dos recursos pessoais (Nascimento et al., 2016, apud Floriano, Flores e Zuliani, 2020). Enquanto a educação financeira enfatiza o entendimento de conceitos e produtos financeiros, a alfabetização financeira envolve, ainda, a capacidade de tomada de decisão consciente, planejamento orçamentário e comportamento financeiro responsável (Huston, 2009, apud Donadio, Campanario e Rangel, 2012).

Segundo Hung, Parker e Yoong (2009), existe uma relação de interdependência entre conhecimento financeiro, habilidades percebidas, comportamento financeiro e contexto externo, formando um ciclo que retroalimenta a aprendizagem individual. Criddle (2006, apud Donadio, Campanario e Rangel, 2012) complementa ao destacar que a alfabetização financeira não se restringe a controlar contas ou planejar poupança, mas envolve reflexão sobre valores pessoais e alternativas para alcançar objetivos financeiros. 2289

Dessa forma, a alfabetização financeira possui três dimensões centrais: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitudes financeiras. A integração dessas dimensões possibilita ao indivíduo administrar recursos de forma eficiente, tomando decisões de curto e longo prazo com base em informações claras e adequadas (Remund, 2010, apud Donadio, Campanario e Rangel, 2012).

#### **2.3.1 Educação financeira**

A educação financeira é definida pela OCDE (2005) como o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram a compreensão de produtos, conceitos e riscos financeiros, desenvolvendo habilidades e confiança para decisões conscientes. A evolução dos sistemas financeiros, marcada por globalização, avanços tecnológicos e alterações regulatórias,



ampliou a complexidade do ambiente financeiro, tornando a educação financeira essencial para mitigar riscos e possibilitar escolhas informadas (Kich et al., 2018).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2010, instituiu políticas de Estado permanentes para fomentar decisões financeiras autônomas e conscientes. Juntamente com o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), o programa busca consolidar a educação financeira como ferramenta de cidadania. O Indicador de Educação Financeira (IndEF), criado em 2012, permite monitorar níveis de conhecimento e hábitos financeiros da população, oferecendo subsídios para políticas públicas mais eficazes.

Apesar de avanços, a educação financeira ainda não está plenamente integrada aos currículos escolares, sendo inserida de forma transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, demandando maior implementação e popularização junto à sociedade (Santos, 2019).

### **2.3.2 Planejamento financeiro e orçamentário**

O planejamento financeiro, aplicado tanto em empresas quanto em famílias, constitui um instrumento central para a gestão estratégica dos recursos e alcance de objetivos patrimoniais (Gitman, 2001, apud Faria, 2008). O controle orçamentário, ferramenta essencial do planejamento, permite equilibrar receitas e despesas, proporcionando maior segurança e previsibilidade financeira (Silva, 2013).

2290

O planejamento financeiro pessoal envolve etapas de diagnóstico da situação atual, definição de metas e estratégias, e monitoramento contínuo de gastos e investimentos, permitindo ajustes e tomada de decisões mais informadas (Camargo, 2007). No Brasil, pesquisas indicam que apenas 35% da população adulta possui conhecimento adequado em conceitos financeiros básicos, evidenciando a necessidade de políticas de alfabetização e educação financeira mais robustas (Carlos, 2016).

A alfabetização financeira, em sua dimensão prática, integra conhecimento, comportamento e atitudes financeiras, possibilitando que indivíduos e famílias desenvolvam habilidades para gerenciar recursos de forma eficiente, reduzir riscos de endividamento e contribuir para o fortalecimento da economia doméstica e nacional (OCDE, 2011, apud Silva et al., 2017).



### 3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem exploratória, bibliográfica e documental, com análise qualitativa dos dados, permitindo uma compreensão aprofundada do cenário brasileiro de crédito, endividamento e alfabetização financeira (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa exploratória possibilita maior clareza sobre o tema, permitindo a identificação de questões relevantes para fundamentar o estudo e orientar a análise das variáveis em questão (BEUREN; RAUPP, 2006). Inicialmente, realizou-se uma sondagem geral do contexto brasileiro, seguida de investigação específica e detalhada sobre crédito, endividamento e educação financeira, estabelecendo as bases conceituais e empíricas do trabalho.

A pesquisa bibliográfica e documental envolveu a coleta de informações em artigos científicos de bases nacionais, como o Google Acadêmico, bem como dados institucionais de fontes oficiais, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), além de registros do SPC e SERASA. Estes dados forneceram suporte para análises históricas e contemporâneas sobre consumo, renda, crédito e economia doméstica, permitindo a avaliação das relações entre as variáveis.

A análise qualitativa incorporou elementos descritivos, promovendo registro, 2291  
classificação e interpretação dos dados com mínima interferência do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013). Essa abordagem possibilitou uma compreensão detalhada do endividamento familiar, do acesso ao crédito e do grau de alfabetização financeira no Brasil, assegurando consistência entre a fundamentação teórica e a discussão dos resultados. O caráter descritivo permitiu, assim, levantar o panorama do sistema financeiro, correlacionando informações quantitativas e qualitativas de maneira estruturada e coerente.

### 4. DISCUSSÃO

Este capítulo sintetiza a análise da relação entre crédito e endividamento no Brasil, bem como a relevância da alfabetização financeira na mitigação desse fenômeno. O recorte histórico compreende o período de 2001 a 2021, no qual se observou simultaneamente a ampliação do crédito, a inclusão financeira e o crescimento expressivo do endividamento familiar.

#### 4. 1. Relação crédito-endividamento no Brasil

A expansão do crédito no Brasil a partir do primeiro governo Lula (2003–2006) promoveu inclusão financeira e estímulo ao consumo, mas também resultou em elevados níveis de endividamento familiar. A política de democratização do crédito, aliada ao processo de bancarização e à valorização real do salário mínimo, ampliou o acesso aos serviços financeiros e aumentou a circulação monetária (SILVA, 2022; SICSÚ, 2019).

**Quadro 1:** Indicadores de bancarização no Brasil (2001–2007)

Indicador	2001	2007	Variação (%)
Contas correntes (milhões)	43,3	62,8	+57,5
Contas poupança (milhões)	51,2	71,2	+39,0

**Fonte:** Nascimento (2008), adaptado.

O avanço das políticas públicas de crédito foi acompanhado por medidas de redução de juros e valorização do poder de compra. No entanto, a expansão do crédito para populações de baixa renda, sem a devida alfabetização financeira, resultou em uso inadequado dos instrumentos bancários, especialmente do cartão de crédito.

**Quadro 2:** Evolução do uso de cartões de crédito no Brasil (2000–2011)

Indicador	2000	2011	Crescimento (%)
Cartões de crédito (milhões)	28,5	173,0	+509
Transações realizadas (milhões)	—	—	+498

**Fonte:** ABECS (2012), adaptado.

O crédito como proporção do PIB praticamente dobrou entre 2001 e 2021, impulsionado pelos programas de estímulo ao consumo e, posteriormente, pelas medidas emergenciais adotadas durante a pandemia de COVID-19 (BANCO CENTRAL, 2022). Ainda assim, crises econômicas sucessivas — notadamente entre 2015–2017 e 2020–2021 — acentuaram o desemprego e o endividamento das famílias brasileiras (IBGE, 2023).

**Quadro 3:** Indicadores de endividamento e inadimplência (2016–2021)

Ano	Famílias endividadadas (%)	Contas em atraso (%)	Sem condições de pagar (%)
2016	58,2	22,0	8,5
2018	60,7	24,6	9,5
2020	66,5	25,5	11,0
2021	70,9	26,5	11,8

**Fonte:** CNC (2021), adaptado.

O aumento da inadimplência afetou principalmente as famílias de baixa renda, que apresentam renda irregular e baixa capacidade de reserva (GONÇALVES, 2017). Segundo França (2022) e Silva Júnior (2022), a combinação entre fatores comportamentais (impulsividade de consumo) e estruturais (facilidade de crédito) explica a intensificação do endividamento, reforçando a necessidade de políticas voltadas à educação financeira.

#### 4.2. O papel da alfabetização financeira

A alfabetização financeira é elemento determinante para a gestão eficiente das finanças pessoais e para a redução do endividamento. A pesquisa *Global Financial Literacy Survey* (STANDARD & POOR'S, 2016) revelou que apenas 35% dos brasileiros adultos possuem conhecimento financeiro básico, proporção inferior à média mundial (53%).

**Quadro 4:** Índice de alfabetização financeira (países selecionados)

País/Grupo	Índice (%)
Canadá / EUA / Japão	55
Média mundial	53
BRICS (média)	28
Brasil	35

**Fonte:** Nascimento (2008), adaptado.

2293

Indivíduos com baixo nível de literacia financeira tendem a acumular dívidas e contratar crédito a custos mais altos (DISNEY; GATHERGOOD, 2013). Segundo o Banco Central (2022), a desigualdade de juros evidencia o caráter regressivo do sistema financeiro: pessoas com menor renda arcam com encargos significativamente mais elevados.

**Quadro 5:** Taxas médias de juros por faixa de renda (2013–2019)

Faixa de renda (salários mínimos)	Crédito consignado (% a.a.)	Empréstimo pessoal (% a.a.)
Até 1 SM	28,49	112,83
Acima de 20 SM	23,21	47,41

**Fonte:** Banco Central do Brasil (2022), adaptado.

O Brasil figura entre as maiores economias com os juros reais mais altos do mundo, alcançando cerca de 7% em 2023 (MONEYOU, 2023). Essa conjuntura reforça a importância de ampliar o conhecimento financeiro da população, permitindo planejamento orçamentário, poupança e consumo responsável (ROCHA; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2017).

Nesse contexto, políticas públicas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010 e renovada em 2020, representam avanços relevantes. A ENEF busca disseminar uma cultura de educação financeira e previdenciária em âmbito nacional, promovendo decisões conscientes e fortalecendo a cidadania financeira (ROMERO, 2019).

**Quadro 6:** Principais programas públicos de alfabetização financeira no Brasil

Programa	Instituição	Público-alvo	Objetivo principal
ENEF	Governo Federal / CONEF	População geral	Promover cultura financeira e previdenciária
Educação Financeira nas Escolas	MEC	Ensino fundamental e médio	Inserir conteúdos financeiros na BNCC
Aprender Valor	Banco Central	Escolas públicas	Desenvolver competências financeiras e de consumo

**Fonte:** ENEF (2020); Banco Central (2021).

Apesar dos avanços, ainda há escassez de ações voltadas à população adulta endividada. O fortalecimento da alfabetização financeira deve, portanto, abranger todas as faixas etárias, contribuindo para decisões mais racionais, diminuição da vulnerabilidade social e promoção de inclusão econômica sustentável.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

2294

O presente estudo analisou as possíveis causas do endividamento e do grau de inadimplência das famílias brasileiras, enfatizando suas relações com o acesso facilitado ao crédito e a carência de alfabetização financeira. A investigação foi conduzida a partir da exposição da dinâmica crédito-endividamento e seus efeitos, considerando o contexto de desinformação financeira presente na sociedade. A análise utilizou dados públicos, pesquisas científicas e programas desenvolvidos por entidades públicas, permitindo compreender a amplitude do fenômeno.

Observou-se que a democratização do crédito possibilita aumento do poder de compra e maior autonomia para indivíduos, sobretudo em camadas de baixa renda. Contudo, a forma como o crédito é disponibilizado exige atenção, pois o acesso desordenado, sem capacitação adequada, contribui para o crescimento do endividamento e da inadimplência. No Brasil, políticas de inclusão financeira, embora bem-intencionadas, ocorreram de maneira descontrolada, sem promover alfabetização financeira suficiente para a tomada de decisões conscientes. Esse cenário se agravou durante a pandemia da COVID-19, intensificando o endividamento e colocando famílias em situações críticas.

Além disso, verificou-se que a conduta das instituições financeiras, muitas vezes exploratória, impacta mais fortemente a população de baixa renda, sujeita a juros elevados e maior acúmulo de dívidas, perpetuando desigualdades. A bibliografia indica que a alfabetização financeira representa um caminho potencial para mitigar essas vulnerabilidades, ao aprimorar a tomada de decisões e reduzir a exposição a riscos financeiros. A capacitação financeira, aliada à sofisticação do sistema financeiro, é fundamental para promover bem-estar e desenvolvimento econômico, conforme previsto nas bases da inclusão financeira.

No Brasil, iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o programa Aprender Valor representam avanços, embora enfrentem desafios de implementação e alcance. Destaca-se, portanto, a necessidade de incentivo a programas de alfabetização financeira e de continuidade de pesquisas que explorem a aplicação prática de seus fundamentos na sociedade.

Conclui-se que este trabalho cumpre seu objetivo ao evidenciar a relação entre crédito, endividamento e alfabetização financeira, contribuindo para a visibilidade do tema e apontando soluções para um cenário mais justo e sustentável. Estudos futuros podem aprofundar a análise histórica do sistema financeiro brasileiro e desenvolver estratégias de democratização da educação financeira, com vistas à mitigação do endividamento e seus efeitos sobre a sociedade.

2295

## REFERÊNCIAS

ABECS. Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Indicadores de cartões de crédito no Brasil, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas de crédito e taxas de juros. Banco Central do Brasil, 2022.

BERTAUT, C.; HALIASSOS, M. Uso do cartão de crédito por pessoas físicas: influência sobre consumo e endividamento. In: KUNKEL, G.; VIEIRA, C.; POTRICH, A. (Org.). Crédito, endividamento e consumo: estudos no contexto brasileiro. 2015.

BASTOS, F. et al. Ampliação do acesso ao crédito digital no Brasil e impactos socioeconômicos. 2022.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. Crédito e consumo no Brasil pós-Plano Real. 2007.

CERBASI, G. Casais inteligentes enriquecem juntos. 2003.

CERQUEIRA, T. M. C. dos S. Endividamento e educação financeira: perspectivas e desafios. 2018.

CNDL – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS. Pesquisa sobre endividamento e crédito. 2023.

DA SILVA, P.; CARRARO, A.; DA SILVA, R. Educação financeira e endividamento entre jovens. 2017.

DE SOUZA, R. Impacto do uso do cartão de crédito no endividamento familiar. 2013.

DINIZ, E.; PEREIRA, L.; ROGERS, L. Comportamento financeiro e consumo: uma análise do crédito facilitado. 2014.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Literacy financeira e acesso a crédito. 2013.

FERNANDES, D.; CANDIDO, S. Planejamento financeiro e educação financeira familiar. 2014.

FLOR, R.; ROSA, T. O consumo e a sociedade do crédito. In: SANTOS, A.; SOUZA, J. (Org.). 2014.

FRANÇA, P. Determinantes do endividamento das famílias brasileiras. 2022.

GOMES, L. Sobre-endividamento: causas e efeitos. 2011.

GONÇALVES, R. Endividamento familiar no Brasil: fatores comportamentais e estruturais. 2017.

GRANJEIRO, L.; SANTOS, M. Endividamento e impactos socioeconômicos. 2016.

2296

HUNG, A.; PARKER, A.; YOONG, J. Definição e componentes da alfabetização financeira. 2009.

HUSTON, S. Measuring financial literacy. 2009.

KICH, F. et al. Educação financeira e desenvolvimento socioeconômico. 2018.

KIM, J.; DEVANEY, S. Uso do cartão de crédito e comportamento financeiro. In: KUNKEL, G.; VIEIRA, C.; POTRICH, A. (Org.). 2015.

LOPES, M. Cultura do endividamento e crédito. 2012.

MARCOLIN, L.; ABRAHAM, L. Educação financeira e comportamento de consumo. In: LIZOTE, M.; VERDINELLI, R. (Org.). 2014.

MENDES-DA-SILVA, W.; NAKAMURA, M.; DE MORAES, A. Crédito e estilo de vida. In: KUNKEL, G.; VIEIRA, C.; POTRICH, A. (Org.). 2015.

MONEYOU. Juros reais no Brasil e impactos econômicos. 2023.

NEON. Cartões de crédito e hábitos de consumo. 2020.

NASCIMENTO, A.; et al. Expansão do crédito e inclusão financeira no Brasil. 2017.

- OCDE. Education for Financial Literacy. 2005.
- OCDE. Financial Education and Literacy. 2011.
- PRODANOV, C.; FREITAS, E. Metodologia do trabalho científico. 2013.
- REMUND, D. Financial literacy explicated: knowledge, behavior, and attitude. 2010.
- ROMERO, C. Estratégias de alfabetização financeira no Brasil: ENEF 2010–2020. 2019.
- ROCHA, L.; OLIVEIRA, R.; TEIXEIRA, F. Educação financeira, endividamento e políticas públicas. 2017.
- SANTOS, T.; SILVA, J. Endividamento e sociedade de consumo. 2014.
- SANTOS, R. Educação financeira no currículo escolar. 2019.
- SANDRONI, P. Crédito, risco e confiança. 2003.
- SICSÚ, J. Políticas públicas de crédito e inclusão financeira. 2019.
- SILVA, J. Planejamento financeiro pessoal e endividamento. 2008.
- SILVA, J. Políticas de crédito e inclusão financeira no Brasil. 2022.
- SILVA, M. Educação financeira e economia doméstica. 2013.
- TÓFOLI, J. Endividamento, stress e produtividade familiar. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação – Junho, 2011. Banco Central do Brasil, 2011.